

Nota Informativa

Edição 120/2023

DESTAQUES

- Ministros Alexandre Padilha e Rui Costa apresentam novo PAC a Lira e Pacheco
- CCT vota projeto que coíbe softwares piratas na administração pública
- ANPD participa do Fórum empresarial da LGPD

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Fórum Permanente de Gestão de Dados e Inteligência Artificial realiza sua primeira Reunião Ordinária
- Brasil IT+ abre inscrições para empresas interessadas em participar do Gartner IT Symposium/Xpo™ 2023
- Workshops discutem estratégias para adoção de espaços de dados na indústria
- TSE realiza nova atualização de segurança em sistemas operacionais
- Eduardo Gomes defende debate sobre regulamentação da inteligência artificial
- ANPD: Setor privado acionou alerta com a divulgação das sanções
- ANPD: DPOs, incidentes, transferência internacional de dados são as próximas normas
- Anatel vai rever a cobrança e o funcionamento do roaming nas estradas

REFORMA TRIBUTÁRIA

- Relator diz que Haddad entregará estudo sobre alíquota da tributária
- Reforma tributária: Braga reage a tentativas de lobbies e 'relatoria paralela'
- Tributária não terá clima de disputa entre Estados, diz relator
- Relator da reforma tributária deve receber estudo sobre impacto das alíquotas e exceções na quarta-feira (9)

'Reforma tributária tem de ser melhor do que temos hoje, sem alta de tributos', diz Tereza Cristina

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Edilene Lobo será empossada ministra substituta na terça-feira (8)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Dados de atividade seguem compatíveis com moderação antecipada pelo Copom, diz BC na ata

Governo quer tirar R\$ 5 bilhões em gastos do PAC da meta fiscal de 2024

ORÇAMENTO

Comissão aprova plano de trabalho da lei orçamentária de 2024

CNJ aprova proposta orçamentária de R\$ 297,8 milhões para o órgão em 2024

Governo Lula quer descontar da meta fiscal até R\$ 5 bi do Novo PAC

Governo propõe alteração em diretrizes do Orçamento de 2024 para tentar preservar até R\$ 40 bi em despesas

POLÍTICA

Relator inclui correção da tabela do IR em medida provisória do salário mínimo

Relatora da desoneração da folha de pagamento acata prorrogação do benefício para 2027

Relator do PL das Fake News diz que órgão fiscalizador será definido por negociação entre líderes partidários

TRABALHISTA

Tesouro aponta gasto com precatórios em 2027 superior a BPC e seguro-desemprego

DESTAQUES

Ministros Alexandre Padilha e Rui Costa apresentam novo PAC a Lira e Pacheco

Poder Executivo | 08/08/2023 – 08h35min

Os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Rui Costa (Casa Civil) apresentam na terça-feira (8) à cúpula do Congresso Nacional a nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), também participa. O trio chegou à residência oficial do Senado às 8h30. Chamado pelo governo de Novo PAC, o programa reunirá uma carteira de obras de infraestrutura e será lançado na próxima sexta-feira (11), no Rio de Janeiro, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os ministros reservaram esta terça-feira para apresentar o programa a parlamentares. Pela manhã, foram recebidos pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na residência oficial da Casa. Segundo a Secretaria de Relações Institucionais, que responde pela articulação política do governo, também há previsão de encontro com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e com lideranças dos partidos. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)

CCT vota projeto que coíbe softwares piratas na administração pública

Poder Legislativo | 07/08/2023 – 20h04min

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) tem reunião marcada para quarta-feira (9), às 11h, para deliberar sobre os dois itens na pauta. Um deles é o o substitutivo do senador Carlos Viana (Podemos-MG) ao projeto que obriga a inserir, nas contratações públicas que envolvam aquisição de equipamentos de informática, as especificações técnicas dos respectivos programas de informática (PL 2.686/2019). O autor, deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), argumenta que, a despeito da legislação vigente, têm sido verificadas diversas ocorrências de fornecimento de software pirata à administração pública. O projeto seria, assim, uma forma de garantir mais qualidade nas compras e evitar produtos falsos no âmbito do Estado. O relator, Carlos Viana, é favorável à proposta na forma de um texto alternativo. Em seu relatório, o senador registra que as preocupações do projeto são atuais e relevantes. Ele, contudo, apresentou um substitutivo, por ser “imprescindível promover certos ajustes quanto ao texto normativo”. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)

ANPD participa do Fórum empresarial da LGPD

Poder Executivo | 07/08/2023 – 19h19min

Na segunda-feira (07/08), a Autoridade Nacional de Proteção de Dados participou do Seminário de Regulação do Ambiente Digital e a importância da centralidade LGPD realizado pelo Fórum Empresarial da LGPD, frente empresarial que defende a segurança jurídica e a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Brasil. O Diretor-Presidente, Waldemar Gonçalves, participou da mesa de abertura do seminário, com moderação de Andriei Gutierrez, junto com o Senador da República, Eduardo Gomes, a presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP, Elisabeth Guedes, e o presidente da Conexis, Marcos Ferrari. Para Waldemar Gonçalves, “o Fórum Empresarial tem sido um grande aliado no fomento da proteção de dados pessoais no País e, com seu apoio, na constitucionalização desse direito e no fortalecimento da ANPD”. Frisou também, que a ANPD segue no debate sobre o tema de regulação no ambiente digital e destacou a competência prevalente da Autoridade sobre a matéria, além de que a regulamentação das plataformas digitais deve ser pensada e construída a partir de um enfoque amplo. Fonte: ASCOM ANPD

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Fórum Permanente de Gestão de Dados e Inteligência Artificial realiza sua primeira Reunião Ordinária

Poder Executivo | 08/08/2023 – 11h50min

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) realizou na última semana a primeira Reunião Ordinária do Fórum Permanente de Gestão de Dados e Inteligência Artificial (FP-DIA). O encontro ocorreu em cumprimento à deliberação de junho da Comissão de Gestão Executiva, que conferiu ao Fórum Permanente de Gestão de Dados a atribuição de estudar o uso da Inteligência Artificial (IA) e suas repercussões para o órgão regulador e para os agentes regulados. A reunião foi coordenada pelo gerente de Planejamento Estratégico da Anatel, Marcelo Monteiro Macêdo, que destacou a participação da Agência no evento AI for Good - Global Summit, organizado pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) nos dias 6 e 7 de julho, em Genebra, na Suíça, onde foram apresentadas diversas soluções e aplicações com o uso de Inteligência Artificial voltadas a acelerar o atingimento dos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável para 2030 (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), além do acompanhamento de debates com renomados especialistas internacionais sobre os desafios legais e técnicos de IA generativa. David Santana e Silva Barreto, coordenador de Inteligência Estratégica na Gerência de Planejamento Estratégico, foi designado para liderar os estudos relacionados à Inteligência Artificial. Em sua apresentação, ele contextualizou a relevância de a Agência aprimorar os conhecimentos e os projetos nesse campo e reforçou a importância de a Anatel estar à frente dos estudos sobre o uso ético e responsável de ferramentas de IA, visando sua implementação nos processos internos. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil IT+ abre inscrições para empresas interessadas em participar do Gartner IT Symposium/Xpo™ 2023

Poder Executivo | 08/08/2023

Em mais uma ação do Brasil IT+, projeto desenvolvido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e a Softex, o Brasil terá mais uma vez uma participação de destaque no Gartner Symposium/ITxpo, o maior e mais importante encontro anual de CEOs, CIOs e equipes de tecnologia das empresas mais inovadoras do planeta. Este ano, o evento será realizado entre os dias 16 e 19 de outubro, em Orlando, na Flórida. Junte-se às lideranças mais influentes do mundo para explorar insights e as tendências que moldam o futuro da TI e dos negócios, incluindo a aceleração da transformação dos negócios, segurança cibernética, experiência do cliente, análise de dados, liderança executiva e o impacto da IA generativa em todos os setores. Não perca essa oportunidade para construir relacionamentos, ter insights e orientação especializada sobre o futuro da tecnologia. As vagas para o Gartner IT Symposium/Xpo™ são limitadas – até 22 empresas – e o evento é exclusivo para os assinantes Premium do Brasil IT+. Clique [aqui](#) para informações para adesão ao Brasil IT+ e [aqui](#) para garantir inscrição no Gartner até o dia 15 de agosto. Fonte: ASCOM ABDI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Workshops discutem estratégias para adoção de espaços de dados na indústria

Poder Executivo | 08/08/2023

Dando continuidade à iniciativa da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) em parceria com o Secretariado do Diálogo Digital Brasil-Alemanha, acontece, na quarta-feira (9), em Porto Alegre (RS), workshop presencial sobre espaços de dados no Brasil. O evento, aberto ao público, é o segundo de uma série de três para subsidiar projeto inédito da Agência para o setor produtivo, e tem o apoio da Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) e do NEO. No dia seguinte, 10 de agosto, o terceiro workshop acontece em São Paulo (SP). De acordo com a analista de Produtividade e Inovação da ABDI, Isabela Gaya, os workshops buscam intensificar o diálogo sobre a relevância de espaços de dados para viabilizar modelos de negócios digitais e, principalmente, capturar perspectivas concretas para sua implementação no Brasil. “O objetivo é discutir formatos, conceitos, aplicações, oportunidades e desafios para a adoção dessas infraestruturas na indústria nacional”, explicou. Espaços de dados são ambientes digitais estruturados e seguros, com regras transparentes para o compartilhamento de dados entre organizações. “Por auxiliarem a tomada de decisão, podem representar uma importante ferramenta para geração de valor e ganhos de competitividade para as cadeias produtivas e setores da economia”, afirmou o gerente da Unidade de Difusão de Tecnologias da ABDI, Bruno Jorge. Fonte: ASCOM ABDI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TSE realiza nova atualização de segurança em sistemas operacionais

Poder Judiciário | 07/08/2023 – 18h01min

Na segunda-feira (7), a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realiza atualizações de segurança em sistemas operacionais de equipamentos servidores da Corte. O procedimento acontecerá a partir das 20h, com duração até as 6h de terça (8). Em continuidade aos procedimentos de segurança, a nova atualização dos softwares será representada pela aplicação de "patches" (correções) disponibilizados pelos respectivos fabricantes para ajustar eventuais vulnerabilidades encontradas. O objetivo é aprimorar ainda mais os níveis de segurança cibernética na Justiça Eleitoral. Fonte: ASCOM TSE

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Eduardo Gomes defende debate sobre regulamentação da inteligência artificial

Poder Legislativo | 07/08/2023 – 17h43min

O senador Eduardo Gomes (PL-TO) ressaltou, em pronunciamento na segunda-feira (7), a importância de se iniciar a discussão sobre regulamentação da inteligência artificial (IA) no Congresso Nacional, para garantir a segurança do processo eleitoral. Na opinião do parlamentar, essa medida deve ser tomada com urgência, uma vez que o uso indevido da tecnologia, segundo ele, pode levar a manipulação das eleições e gerar dúvidas sobre a transparência e a veracidade das informações.— Eu não tenho a menor dúvida de que, na próxima eleição de 2024, vamos conviver com a necessidade premente da Justiça Eleitoral em todos os estados do Brasil para ficar atenta com relação à perda de mandato por manipulação de notícia, já que hoje em dia é possível colocar o senador Mecias de Jesus [Republicanos-RR], o senador Paulo Paim [PT-RS] defendendo qualquer tese com inteligência artificial minutos antes da eleição. Isso, com certeza, precisa ser atendido de maneira prévia — afirmou. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD: Setor privado acionou alerta com a divulgação das sanções

Poder Executivo | 07/08/2023

O risco de multas ajudou a despertar o interesse do setor privado na conformidade com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/18), acredita Arthur Sabbat, do conselho diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). “Após a resolução 4, de 27 de fevereiro deste ano, começamos a sentir um acréscimo na preocupação das organizações, principalmente privadas. O setor público se preocupa também, é notório. Mas há uma busca mais intensa pela conformidade pelo setor privado. Alguns setores que antes não se preocupavam tanto com a norma, passaram a se preocupar mais”, afirmou Sabbat na segunda, 7/8. A norma 4 da ANPD é a que trata da dosimetria das sanções e que abriu caminho burocrático para que as fiscalizações pudessem ser concluídas em penalidades. O diretor da ANPD participou do Seminário de Regulação do Ambiente Digital e a importância da centralidade LGPD, promovido pelo Fórum Empresarial da LGPD com apoio da Conexis Brasil Digital, o sindicato nacional das grandes operadoras de telecomunicações. Sabbat destacou especialmente o maior interesse que passou a ser demonstrado por segmentos intensivos em uso de dados: saúde e hotelaria. “Vemos o setor de saúde bastante preocupado com tratamento de dados realizados por profissionais de saúde, com especialistas que tratam as bases de dados de saúde. Inclusive com a implementação de novas tecnologias que usam quantidades volumétricas de dados pessoas”, afirmou. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD: DPOs, incidentes, transferência internacional de dados são as próximas normas

Poder Executivo | 07/08/2023

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados tem uma agenda intensa de entregas no atual biênio – são 20 normas ou interpretações regulatórias derivadas da Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/18). Na segunda, 7/8, o conselheiro Arthur Sabbat apontou os temas que estão saindo do forno na ANPD: encarregado, comunicação de incidentes e transferência internacional de dados. “Hoje mesmo tivemos uma reunião sobre a norma do encarregado, que vai impactar bastante a sociedade, porque vai trazer aquele dever-fazer, tanto para o agente de tratamento quanto para o encarregado”, disse Sabbat. Segundo ele, já está retornando de consulta pública a norma de comunicação de incidentes. Essa regra, destacou o diretor da ANPD, “traz dois aspectos muito importantes, o que é o prazo da comunicação e o que é dano ou risco relevante. Vamos parametrizar isso, não deixar solto, para poder embasar melhor o agente de tratamento na hora de comunicar.” Também será colocado em consulta o texto da norma de transferência internacional. “Vai trazer as cláusulas contratuais padrão e uma série de parâmetros para a execução da transferência internacionais de dados pessoais”, disse Sabbat. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel vai rever a cobrança e o funcionamento do roaming nas estradas

Poder Executivo | 07/08/2023

A Anatel acrescentou na última semana em sua agenda regulatória a elaboração de regras sobre o funcionamento do roaming em telefonia celular nas estradas do país. O projeto, se não atrasar, deve resultar em uma proposta de regulamento no final de 2024. A intenção é organizar a cobrança que é feita aos usuários de diferentes operadoras ao viajarem pelo país. Atualmente, parte das estradas brasileiras têm cobertura móvel, e parte não. No leilão 5G, o vencedor da disputa pelo lote de 700 MHz assumiu a obrigação de cobrir trechos sem sinal com rede móvel, sem cobrança de roaming pelo uso da rede. Para a área técnica da Anatel, o resultado será a criação de trechos em que o roaming será cobrado, e trechos nos quais isso não acontecerá, dificultando a vida – e compreensão – por parte do usuário final. Haverá ainda situações em que o cliente de uma operadora pode ter acesso intermitente à rede, caso sua operadora tenha cobertura em um ponto, mas não tenha firmado acordo de roaming com a única operadora a atender um outro local. Fonte: Tele Sintese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator diz que Haddad entregará estudo sobre alíquota da tributária

Poder Legislativo | 08/08/2023 – 09h50min

O relator da reforma tributária, senador Eduardo Braga (MDB-AM), afirmou que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregará na 3ª feira (8.ago.2023) um estudo sobre o impacto das alíquotas e do custo benefício das excessões tributárias propostas pela Câmara. Deu a declaração ao ser questionado sobre a proposta do tributo unificado, o IVA (Imposto sobre Valor Agregado), durante a sabatina do programa Roda Viva, da TV Cultura, na 2ª feira (7.ago). “O ministro Haddad me entregará um estudo que tratará exatamente deste impacto, não apenas em relação às alíquotas, mas também com relação à questão das exceções, o custo benefício de cada uma das excessões tributárias propostas pela Câmara”, disse. Braga contou que não tem conhecimento prévio sobre o estudo, mas que conversou com Haddad e com o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, no início do recesso parlamentar sobre o tema e falou da importância de haver esse levantamento que servirá de base para as discussões na Casa Alta. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma tributária: Braga reage a tentativas de lobbies e 'relatoria paralela'

Poder Legislativo | 08/08/2023 – 08h21min

A reforma tributária começou a tramitar oficialmente no Senado na quinta-feira (3/08), depois de o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), entregar o texto final da PEC 45/2019 ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Lado a lado, os dois reforçaram o compromisso com a aprovação da proposta ainda este ano. Antes disso, o relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), começou a dar indicativos sobre o seu parecer. Ele sinalizou que quer diminuir o espaço para a pressão de lobbies de setores e de outros parlamentares que visam ditar a pauta da proposta. Para isso, Braga deve dar entrevistas coletivas constantes sobre cada passo da reforma tributária — sua equipe defende que ele faça até dois briefings semanais, para atualizar o andamento das negociações e rebater especulações sobre o texto. O detalhe é que a reforma tributária não passará pela CAE, mas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Braga alertou para isso na coletiva, dizendo que quer evitar que haja ruído e paralelismo e que, no fim das contas, é ele quem definirá o teor da PEC. “Falei há pouco com Vanderlan [Cardoso, presidente da CAE] e Efraim, para a gente não ter ruído e paralelismo de ações. As sugestões que eles vão fazer, farão ao relator da PEC, no caso, Eduardo Braga”, disse, referindo-se a si mesmo e delimitando o papel que a CAE terá na discussão. Fonte: JOTA

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Tributária não terá clima de disputa entre Estados, diz relator

Poder Legislativo | 07/08/2023 – 22h39min

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da reforma tributária no Senado, disse na 2ª feira (7.ago.2023) acreditar que não haverá clima de disputa entre governos estaduais durante a discussão do texto na Casa Alta. Também criticou as falas do governador Romeu Zema (Novo-MG) sobre o “protagonismo” das regiões Sul e Sudeste. “O Senado é uma casa de políticos maduros e experientes. E que são políticos já experimentados em várias funções públicas. É claro que a declaração do governador Zema foi muito infeliz. Creio que não cabe no Brasil de hoje uma disputa desta forma como proposta, diria eu, até num sincericídio infeliz do governador. Eu não creio que haverá no Senado [na discussão da Tributária] esse espírito de disputa e muito menos de revanchismo”, afirmou ao programa Roda Viva, da TV Cultura.

Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator da reforma tributária deve receber estudo sobre impacto das alíquotas e exceções na quarta-feira (9)

Poder Legislativo | 07/08/2023 – 23h54min

O relator da reforma tributária no Senado, senador Eduardo Braga (MDB-AM), informou que deve receber, na terça-feira, 8, do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, um estudo da pasta sobre os impactos das alíquotas e das exceções vindos do projeto da reforma aprovado pela Câmara dos Deputados. “[Haddad] me entregará um estudo que tratará exatamente deste impacto, não apenas com relação às alíquotas, mas também com as exceções, o custo benefício, de cada uma das exceções tributárias propostas pela Câmara”, afirmou Braga ao programa Roda Viva, da TV Cultura. “Disse ao ministro Haddad e secretário [extraordinário da reforma tributária.] Bernard Appy, [que] há a necessidade imperiosa de apresentação de um estudo com relação aos impactos das alíquotas, exceções tributárias e os custos benefícios destas recessões apresentados pela Câmara dos Deputados para que nós, senadores, possamos ter uma base para avaliação e decisão por parte do Senado”, acrescentou o senador. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

**‘Reforma tributária tem de ser melhor do que temos hoje, sem alta de tributos’, diz
Tereza Cristina**

Poder Legislativo | 07/08/2023 – 20h17min

Líder do PP no Senado, a senadora Tereza Cristina (MS) defende a aprovação da reforma tributária ainda neste semestre, mas cobra ajustes no texto. “É uma reforma do Estado brasileiro. Não vejo a reforma tributária como uma reforma do governo Lula, muito menos como uma reforma da oposição. Ela é uma reforma necessária, que todos os campos têm de discutir”, disse em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast. “Não sei como ela vai terminar aqui no Senado, mas aqui é a Casa revisora, tem de ter responsabilidade com o País e cuidado também com os Estados”, acrescentou. Lira entrega texto da reforma tributária a Pacheco; presidente do Senado quer promulgação este ano. Em sua avaliação, o debate sobre a reforma será aprofundado no Senado. Ela pede “muita calma” na discussão para evitar que haja aumento de tributo. Tereza Cristina pondera que o texto exige ajustes, sobretudo relacionados ao Conselho Federativo e a questões envolvendo o agronegócio, como o artigo que permite que Estados criem novas contribuições sobre as atividades do agro, da mineração e do petróleo. “Temos de entregar uma coisa melhor do que temos hoje, com simplificação, não aumento da carga tributária. É um tema complexo, mas existe uma vontade política de que se resolva da melhor maneira possível”, afirmou. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****Edilene Lobo será empossada ministra substituta na terça-feira (8)**

Poder Judiciário | 07/08/2023 – 16h44min

Nomeada como ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em junho de 2023, a advogada Edilene Lobo será empossada na terça-feira (8), a partir das 18h. A cerimônia será no gabinete da Presidência da Corte, antes da sessão de julgamentos no Plenário, com participação restrita aos convidados. A nova integrante do TSE pela classe dos juristas é a primeira mulher negra a integrar o Tribunal e assume a vaga aberta pelo ministro André Ramos Tavares, que se tornou titular na Corte na classe de juristas desde o dia 30 de maio de 2023. Edilene é mineira, doutora em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ela também é professora do curso de Direito da Universidade de Itaúna (MG), atua como docente convidada da pós-graduação em Direito Eleitoral da PUC Minas Virtual e é autora de livros e artigos jurídicos. Fonte: ASCOM TSE

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**ECONOMIA E TRIBUTÁRIO****Dados de atividade seguem compatíveis com moderação antecipada pelo Copom, diz
BC na ata**

Poder Executivo | 08/08/2023 – 13h20min

Após iniciar o ciclo de afrouxamento da Selic com um corte de 0,50 ponto porcentual, de 13,75% para 13,25% ao ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central avaliou que os dados relativos ao crescimento no Brasil seguem compatíveis com o cenário-base de moderação da atividade antecipado pelo colegiado. "Nota-se que o processo de reequilíbrio da cesta de consumo, e conseqüentemente dos preços relativos, entre bens e serviços prossegue, com moderação no consumo de bens em prol de maior demanda no segmento de serviços. Entretanto, o setor de serviços tem apresentado acomodação nos

últimos meses. Além disso, os dados mais tempestivos seguem sugerindo um ritmo de crescimento da economia em linha com o esperado pelo Comitê", destaca a ata do encontro da semana passada divulgada na terça-feira, 8. O Copom repetiu que, de modo geral, observa-se alguma retração no setor de comércio, estabilidade na indústria e certa acomodação no setor de serviços, após ritmo mais forte nos trimestres anteriores. O Copom concordou de forma unânime em manter o ritmo de cortes dos juros em 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões, julgando como "pouco provável" uma intensificação adicional de flexibilização da taxa básica (Selic). "Com relação aos próximos passos, os membros do Comitê concordaram unanimemente com a expectativa de cortes de 0,50 ponto percentual nas próximas reuniões e avaliaram que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário", disse. "O comitê julga como pouco provável uma intensificação adicional do ritmo de ajustes, já que isso exigiria surpresas positivas substanciais que elevassem ainda mais a confiança na dinâmica desinflacionária prospectiva", acrescentou. Fonte: Gaúcha ZH e Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo quer tirar R\$ 5 bilhões em gastos do PAC da meta fiscal de 2024

Poder Executivo | 08/08/2023

O governo federal propôs ao Congresso retirar da meta fiscal de 2024 R\$ 5 bilhões de despesas de estatais federais com investimentos do novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do limite fiscal do ano que vem. A medida foi incluída em mensagem modificativa do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviada pelo governo ao Congresso na segunda, 7. Na mensagem, que altera o projeto da LDO, o governo define que esse abatimento será retirado do Programa de Dispêndios Globais (PDG), que é a peça orçamentária das empresas estatais federais não dependentes de recursos do Tesouro Nacional. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estabeleceu como meta zerar o déficit primário (saldo das receitas e despesas do governo, descontando o pagamento dos juros da dívida) do ano que vem, após reduzi-lo ao equivalente a 0,5% do PIB neste ano. Mas, para isso, serão necessárias medidas para ampliar a arrecadação em mais R\$ 100 bilhões neste segundo semestre. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Comissão aprova plano de trabalho da lei orçamentária de 2024

Poder Legislativo | 08/08/2023 – 15h15min

A CMO (Comissão Mista de Orçamento) aprovou na 3ª feira (8.ago.2023) o plano de trabalho para o projeto de lei da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Já a análise do relatório preliminar do relator, deputado Danilo Forte (União-CE), foi adiada depois de acordo dos líderes partidários da comissão. O plano de trabalho prevê a realização de uma audiência pública com a ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) ainda nesta semana, sem definir um dia. Prevê ainda outras audiências com representantes da sociedade civil e audiências em Estados das 5 regiões brasileiras até 22 de setembro. Eis a íntegra do plano (100 KB). "Assim, na nossa relatoria, assumimos o encargo de consolidar e avaliar as propostas de emendas e sugestões referendadas nas audiências públicas, tanto sobre o conteúdo normativo quanto sobre a eleição de prioridades para a atuação pública em 2024", diz o plano de trabalho. Para o governo, a definição das diretrizes orçamentárias de 2024 depende da aprovação do marco fiscal. É com a definição da regra fiscal, de acordo com o que foi definido no Senado, que a área econômica terá assegurado o espaço de até R\$ 40 bilhões no Orçamento. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)

CNJ aprova proposta orçamentária de R\$ 297,8 milhões para o órgão em 2024

Poder Judiciário | **08/08/2023 – 11h52min**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, na terça-feira (08), a proposta orçamentária do órgão para 2024: R\$ 297,8 milhões - um aumento de 16,7% em relação aos valores praticados neste ano. O projeto será encaminhado ao Congresso Nacional. Agora, o foco se volta ao Supremo Tribunal Federal (STF), que deve votar a proposta até o fim de agosto. A discussão não deve ser tão controversa quanto a do ano passado, que previu um aumento nos salários dos ministros, de R\$ 39,2 mil para R\$ 46,3 mil até 2024. Prestes a se aposentar, a presidente da Corte, ministra Rosa Weber, tem discutido os números com o seu sucessor, o ministro Luís Roberto Barroso - ele assume o comando do Poder Judiciário no fim de setembro. Ao detalhar a proposta de orçamento do CNJ para 2024, Rosa afirmou que a equipe de Barroso já se debruçou sobre os dados. Quem toma posse como presidente do Supremo automaticamente assume a presidência do Conselho. Pelos termos aprovados no CNJ, as despesas com pessoal e encargos sociais vai aumentar 6,1%, enquanto os benefícios terão reajuste de 1,8%. Já as despesas discricionárias serão elevadas em 25,2%. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo Lula quer descontar da meta fiscal até R\$ 5 bi do Novo PAC

Poder Executivo | **08/08/2023 – 11h12min**

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propôs ao Congresso Nacional uma mudança legal para poder descontar da meta fiscal até R\$ 5 bilhões em despesas de estatais federais do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). A sugestão foi encaminhada em mensagem modificativa ao PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024. O texto diz que o valor pode ser abatido da meta de déficit primário relativa ao Programa de Dispêndios Globais, que reúne empresas estatais não dependentes controladas diretamente pela União. Na prática, a medida ajuda o ministro Fernando Haddad (Fazenda) a cumprir mais facilmente ao objetivo de zerar o déficit primário no ano que vem. A meta das estatais é de déficit de até R\$ 7,3 bilhões, mas eventual resultado melhor que o indicado pode ser usado para compensar frustração na meta do governo. Com a mudança, a despesa do PAC, que no cenário atual contribuiria para piorar o resultado das contas das estatais, fica de fora dessa balança, até o limite de R\$ 5 bilhões. O projeto original já excluía do cálculo as despesas de empresas do Grupo Petrobras e da ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional). Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo propõe alteração em diretrizes do Orçamento de 2024 para tentar preservar até R\$ 40 bi em despesas

Poder Executivo | **07/08/2023 – 22h18min**

O governo enviou na segunda-feira (7) ao Congresso Nacional uma proposta de modificação ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO). A mudança autoriza o Executivo a incluir despesas condicionadas na proposta de Orçamento de 2024. Com isso, a equipe econômica poderia preservar até R\$ 40 bilhões em despesas ao elaborar o Orçamento do próximo ano — que precisa ser encaminhado ao Congresso até 31 de agosto (entenda mais abaixo). LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias): como o próprio nome já diz, o texto traz as diretrizes para a elaboração do Orçamento para o próximo ano; LOA (Lei Orçamentária Anual): é o Orçamento em si, com a estimativa de receita e a programação de despesas para o ano. O objetivo da proposta enviada pelo governo é similar ao de uma emenda aprovada

pelo Senado durante votação da nova regra fiscal, em junho. O arcabouço fiscal já havia sido aprovado pela Câmara em maio. Como a proposta foi alterada pelos senadores, há necessidade de uma nova rodada de votação na Casa. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Relator inclui correção da tabela do IR em medida provisória do salário mínimo

Poder Legislativo | 08/08/2023 – 12h18min

O deputado Merlong Solano (PT-PI) incluiu na medida provisória (MP) que aumentou o salário mínimo para R\$ 1.320 uma regra permanente de valorização do piso salarial nacional e a correção da tabela do imposto de renda para as pessoas físicas que elevou a faixa de isenção para R\$ 2.640 mensais, além de mudanças na tributação de investimentos no exterior. O parecer foi publicado na terça-feira (08) pela manhã e pode ser votado à tarde na comissão mista do Congresso sobre a MP. Após isso, ainda precisa passar pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal antes de ser enviado à sanção presidencial. Como o Valor antecipou na semana passada, o petista planejava incluir os dois temas na proposta como forma de agilizar a tramitação da nova regra do salário mínimo (que o governo enviou por meio de um projeto de lei) e para evitar que as mudanças no imposto de renda perdessem a validade (o que ocorrerá se não forem aprovadas até 28 de agosto). O parecer incluiu inclusive o ponto mais controverso da MP do imposto de renda: a tributação dos rendimentos recebidos no exterior por meio de aplicações financeiras, entidades controladas e "trusts" (fundos de gestão de patrimônio) a partir de 1º de janeiro de 2024. O governo federal prevê arrecadar R\$ 3,6 bilhões a mais por ano com esta medida. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relatora da desoneração da folha de pagamento acata prorrogação do benefício para 2027

Poder Legislativo | 07/08/2023 – 21h55min

A relatora do projeto de desoneração, a deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), irá aceitar todo o texto enviado pelo Senado. Isso significa manter o benefício aos principais geradores de emprego até 2027. A Folha teve acesso ao relatório, que deve ser apresentado aos líderes da Câmara dos Deputados na terça-feira (8). Antes, na segunda (7), a relatora afirmou ao jornal O Globo que acataria o texto elaborado pelos senadores. "A desoneração da folha de pagamentos representa a manutenção de importante componente da competitividade internacional, assim como protege a empregabilidade e o consumo das famílias em nível nacional", justifica a deputada, no relatório. O texto ainda deve sofrer ajustes de correção antes de ser protocolado no sistema da Casa, e a expectativa é que isso aconteça, no mais tardar, na manhã de terça. Ortiz também aproveitará as reuniões com líderes para negociar a possibilidade de inserir o projeto em regime de urgência. Segundo o relatório, a adoção integral do texto do Senado visa "dar celeridade à tramitação dessa matéria". Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator do PL das Fake News diz que órgão fiscalizador será definido por negociação entre líderes partidários

Poder Legislativo | 07/08/2023 – 19h15min

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), relator na Câmara do Projeto de Lei 2630/20, conhecido como PL das Fake News, afirmou que o Colégio de Líderes vai definir a estrutura regulatória, ou seja, o órgão que vai supervisionar as medidas previstas na proposta. Segundo ele, esse é um dos pontos pendentes para a apresentação de um novo parecer à proposta,

que tramita em regime de urgência e, conforme acordado com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deverá ser votada ainda neste semestre. De acordo com o relator, a criação de uma entidade autônoma de regulação, prevista inicialmente, foi criticada por alguns deputados. Outros defendem que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) assuma a atribuição, e há ainda aqueles que aderiram a uma proposta da Comissão de Direito Digital da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de criação de um sistema regulatório para supervisionar a aplicação das previsões do texto. “Nós debatemos com o presidente Arthur Lira, tivemos um encontro na última quinta-feira, para avaliar inclusive esses cenários, a definição será feita no Colégio de Líderes sobre o melhor arranjo”, disse Orlando Silva. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRABALHISTA

Tesouro aponta gasto com precatórios em 2027 superior a BPC e seguro-desemprego

Poder Executivo | 08/08/2023 – 15h07min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o ritmo dos precatórios (dívida com sentenças definitivas da Justiça) vem caindo e o total deste ano deve ficar entre R\$ 7 bilhões e R\$ 10 bilhões. No entanto, o Tesouro emitiu alerta de que, em 2027, o rombo causado pelo estoque desses títulos será maior que as despesas com o BPC e o seguro-desemprego. Isso porque, em quatro anos, deixará de valer a regra que permite ao governo, desde 2021, represar o pagamento de sentenças judiciais sem mais possibilidade de recurso. Em quatro anos, todo o bolo dos precatórios pendentes terão de ser pagos de uma só vez. A cada semestre, o Tesouro publica um "relatório de projeções fiscais", considerando o horizonte de dez anos para a frente. No documento mais recente, o Tesouro avalia uma série de elementos, tanto em relação às receitas esperadas quanto em relação às despesas obrigatórias. Um desses fatores, no campo das despesas, são os precatórios. Pela projeção divulgada em julho deste ano, em 2027, o governo terá de desembolsar R\$ 141,9 bilhões com esses pagamentos. O que chama a atenção, e vai na direção contrária da declaração de Haddad, é que, no relatório anterior, de dezembro de 2022, a projeção para esses gastos no ano de 2027 era de R\$ 83,5 bilhões. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br